

A luta era, de fato, entre a Igreja e o Estado. E a êste é que coube criar pretextos para punir os eclesiásticos que, num dado momento da evolução da sociedade patriarcal, tomaram a consciência de sua tarefa e a executaram sem temor nem hesitação, no campo estritamente religioso.

Que futuro aguarda o trono, depois disso, perguntava Dom Vital?

## A Feitoria de Pernambuco (1516-35) e o Reduto dos Marcos (1646-54)

JOSÉ ANTÔNIO GONSALVES DE MELLO

Na margem continental da entrada sul do canal de Itamaracá, que separa a ilha dêste nome do continente, no lugar chamado "Sítio dos Marcos" ou "Pôrto Velho", foram encontrados fragmentos de louça portuguesa do século XVII; viam-se ali, também, restos de antigos alicerces de alvenaria. O Instituto de Ciências do Homem da Universidade Federal de Pernambuco, pelas suas Divisões de Antropologia Tropical e de História, decidiu realizar escavações no lugar, por se tratar de sítio de reconhecida importância histórica, sede que foi da antiga feitoria régia levantada em 1516 por Cristóvão Jaques.

O canal que separa a Ilha de Itamaracá do continente tem duas entradas: a do norte, chamada barra de Catuama, e a do sul, conhecida no século XVI por barra, pôrto ou baía de Pernambuco. Do fundo desta barra do sul avistam-se as embarcações que passam ao longo do litoral. Tanto em Catuama como na antiga barra de Pernambuco e, ainda, no lugar chamado Itapiçuma, a meio caminho das duas entradas do canal — e que por isso era conhecido pelo nome muito castiçamente português de Tramba-las-águas — estavam localizadas as passagens de acesso à Ilha. Das duas entradas do canal a mais importante como ancoradoro e abrigo é a do sul; historicamente tem ela alta significação, pois que lhe foi atribuída de início a denominação de Pernambuco. No *Livro de Marinharia* de João de Lisboa, compilação de papéis diversos feita por êsse experimentado piloto quinhentista, alguns de sua autoria, outros alheios, estão anotadas várias alturas de acidentes da costa

do Brasil, entre os quais “Pernambuquo” e “Ilha da Ascensão” (isto é, de Itamaracá), aquêles em 7 graus e  $\frac{3}{4}$  e esta em 8 graus sul. Como um daqueles papéis, o “Tratado da agulha de marear”, está datado de 1514, tem sido consignada a mesma data a todos os outros, o que é contestável e aliás contestado (*Livro de Marinharia* edição de Brito Rabêlo, Lisboa 1903, p. 89 e Joel Serrão, editor, *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, em curso de publicação, verbete “João de Lisboa”). Se a indicação “Pernambuquo” fôsse de 1514, seria a mais antiga referência conhecida a êste topônimo, de origem tupi, que se decompõe em “paraná buc” significando furo ou arrebentação do mar (a etimologia é, aliás, controvertida). Se não é de 1514, não tarda êle a ser registrado na cartografia portuguesa, pois aparece no planisfério feito em Sevilha por volta de 1519, atribuído a Jorge Reinell (geralmente conhecido por Kunstmann IV) e num dos mapas do atlas de Lopo Homem e de Pedro e Jorge Reinell de cêrca de 1519/22 (Armando Cortesão e A. Teixeira da Mota, *Portugaliae Monumenta Cartographica* 5 vls., Lisboa 1960, I estampas 12 e 22).

A divulgação do topônimo parece estar ligada ao estabelecimento no fundo da barra sul do canal de Itamaracá, por Cristóvão Jaques, de uma fortaleza-feitoria, de iniciativa da coroa portuguesa. Cristóvão Jaques, o fundador, estêve duas vezes no Brasil, em 1516/19 e em 1526/28. A sua primeira viagem ocorreu, segundo o genealogista português José Freire Montarroi Mascarenhas (1670-1760), que parece ter compulsado documentação não conhecida hoje dos historiadores, de 21 de junho de 1516 a 9 de maio de 1519 (*História da Colonização Portuguesa do Brasil* 3 vls., Lisboa 1922-24, II, p. 363). Fontes contemporâneas confirmam a sua presença no Brasil em duas ocasiões. A primeira, acêrca da qual há (ou houve) maior controvérsia, notadamente em relação ao período em que ocorreu, é comprovada por depoimentos da década de 1520, a saber: 1.º) João da Silveira, embaixador português na França, ao dar a notícia a D. João III, em carta datada de Paris em 14 de dezembro de 1527, de uma expedição francesa destinada a “hum grão rio na costa do Brasil”, esclarece que “o rio creio que he o que achou Cristóvão Jaques” (*História da Colonização cit.*, II, p. 383); 2.º) Luís Ramirez, tripulante da

expedição de Sebastião Caboto, em carta datada do Rio da Prata em 10 de julho de 1528, ao referir a chegada ali em 1527 de uma armada portuguesa, acrescenta que “acordó el Señor Capitan General de bolver abajo, porque se temia que en la dicha armada benia Christoval Jaques, Capitan del Rey de Portugal, que otra vez, como tengo dicho, avia venido a este Rio de Solís, y prometió al dicho Francisco Puerto, que alli allamos, que bolveria”... (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. XV, 2a. ed., Rio 1888, p. 37).

Nesta primeira viagem, de 1516 a 1519, Cristóvão Jaques estabeleceu, nas próprias palavras de D. João III na carta de doação da Capitania de Pernambuco em 1534, “a primeira casa de minha feitoria” na margem continental “do rio que cerca em redondo a Ilha de Itamaracá” (José Bernardo Fernandes Gama, *Memórias Históricas da Província de Pernambuco* 4 vls. Recife 1844-48, I, p. 43). O “rio que cerca em redondo a Ilha de Itamaracá”, a qual, na palavra dos geógrafos, é uma típica “ilha marginal engastada”, é, na verdade, o canal que separa a Ilha do continente, sendo que a entrada sul foi dividida, nos têrmos da referida carta de doação, a metade meridional para o donatário de Pernambuco e a metade norte para o donatário da Capitania de Itamaracá: “a linha divisória se estenderá do meio da barra” em direção ao interior das terras (liv., vol. e p. cit.).

A “casa de minha feitoria” estava localizada no continente, pois era êste o território concedido ao donatário de Pernambuco: “ficará com o dito Duarte Coelho a terra da banda do sul do dito rio [entenda-se, do canal], onde Cristóvão Jaques fêz a primeira casa de minha feitoria”. A cinquenta passos dela, “pelo rio a dentro [isto é, pelo canal acima] ao longo da praia”, determinou o Rei que fôsse levantado “um padrão de minhas armas” (liv., vol. e p. cit.). Situava-se, portanto, a casa da feitoria no fundo da barra sul do canal de Itamaracá, local de onde são avistadas, como ficou dito, as embarcações que passam ao longo da costa. O lugar é hoje conhecido, o que já ficou indicado, como “Sítio dos Marcos” ou “Pôrto Velho” (Mário Melo, “A primeira feitoria de Pernambuco”,

*Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano* n.º 155/158, Recife, 1935, p. 21).

Levantada quando da viagem de Jaques em 1516/19, a feitoria ainda existia em 1526, na ocasião da passagem por Itamaracá de Sebastião Caboto, navegador veneziano a serviço da Espanha, a qual ocorreu antes da chegada ao Brasil de Cristóvão Jaques na sua segunda viagem de 1526/28. Caboto, ao atingir o litoral pernambucano, foi informado por um português (Jorge Gomes) que o local “se llamaba Paranabuco e quel Rey de Portugal tenia alli una feitoria para el trato del brasil” (carta de Luís Ramirez, *Revista* cit., p. 16). Sebastião Caboto, êle próprio, respondendo a inquérito na Casa de Contratação de Sevilha em 1530, declarou que em 1526 atingiu o Brasil “en un lugar que se dice Fernandbuco, adonde el serenissimo Rey de Portugal tiene una casa fuerte con un factor é doce personas”; Gregório Caro, companheiro de Caboto, esclareceu no mesmo inquérito que a chegada se verificou no “puerto ó rio de Fernandbuco, questá em ocho grados de otra parte de la linea equinocial” e que ali conheceu “a un portugues que se dice Jorge Gomez, que estaba en la feitoria de Pernambuco, desterrado de Portugal, que fué el primero que fué á la nao capitana después que llegaron a la dicha playa de Pernambuco”; Casimiro Nuremberguer, gentilhomen alemão, também da armada de Caboto, acrescentou que no porto onde arribaram “está un rio pequeño, que no pueden entrar á el naos á cabsa ques muy bajo, y que llegados ali estaba hecha una fortaléza del señor Rey de Portugal, é está alli un factor del Rey de Portugal, que se llama Manuel de Braga, é la fortaleza llaman Hernanbuco, é que alli estan trece ó catorce cristianos portugueses, porque alli és el trato del brasil del Rey de Portugal” (José Toribio Medina, *El Veneciano Sebastián Caboto al servicio de España* 2 vls., Santiago de Chile 1908, I pp. 121/122 e II pp. 153 e 251). O piloto Alonso de Santa Cruz, também da mesma armada, recordou mais tarde no seu *Islario General de todas las islas del mundo*, que “dentro en la baya de Pernambuco do tienen los portugueses un asiento que ellos llaman factoria, está una pequeña ysla de hasta tres leguas de largo y una de ancho, habitada de yndios y algo

esteril y algo alta, llamada ysla de la Ascension” (*Islario General* ed. de D. Antônio Blasquez, 2 vls., Madrid 1918, I, p. 543).

As informações claras e exatas dêesses documentos espanhóis revelam, em resumo, que a feitoria (casa-forte ou fortaleza) estava situada à margem de um rio pequeno, a oito graus sul da Equinocial, nas proximidades de uma ilha chamada da Ascensão, e que o porto e o lugar eram chamados de Pernambuco (com variantes), onde se fazia o trato do pau-brasil, sendo que o ancoradouro não tinha condições para abrigar naus, por ser pouco profundo. A feitoria era chefiada por Manuel de Braga e nela estavam 12 a 13 portugueses, sendo um dêles o degredado Jorge Gomes. De tudo isto puderam os espanhóis tomar demorado conhecimento, pois permaneceram no pôrto de Pernambuco pouco menos de quatro meses (de 3 de junho a 29 de setembro de 1526).

A barra ou entrada sul do canal de Itamaracá era, de fato, chamada àquele tempo de “pôrto”, “baía” e “rio de Pernambuco”, depois de “Pernambuco Velho”, quando Duarte Coelho estabeleceu mais ao sul (cêrca de 1536) a sede da sua Capitania, à qual deu o nome de Olinda, e o ancoradouro nôvo recebeu a mesma denominação do antigo (Eugênio de Castro, *Pernambuco e Rio Grande*, Rio 1929, pp.11/12). “Bahia de Pernambuco” chama-a Hernando de la Torre no “Derrotero del viage y navegacion de la armada de Loaisa” datado de 11 de junho de 1528, publicado por D. Martin Fernandez de Navarrete, *Coleccion de los viages y descubrimientos que hicieron por mar los españoles* 2a. ed., 5 vls., Buenos Aires 1945/46, V p. 228; “rio de Pernambuco” denomina-a Pero Lopes de Sousa no seu *Diário de Navegação* (1531) editado por Eugênio de Castro, 2a. ed. 2 vls., Rio, 1940, I, pp. 134 e 138; “porto de Pernambuco” é como menciona o “Regimento e cenesensa da costa do Brasil” (1540), transcrito no liv. e vol. cit., p. XXI.

Durante a sua segunda viagem ao Brasil, de 1526 a 1528, Cristóvão Jaques estêve na feitoria que dez anos antes levantara em Pernambuco. Comandava agora, na qualidade de

“Governador”, uma armada de seis navios — depois reduzida a quatro — e sua missão era de fazer afastar da costa os navios franceses que aqui vinham traficar com pau-brasil e com “grande número de alymaryas estranhas e passaros” (*História da Colonização* cit., III p. 60, 71 e 74). De sua passagem então por Pernambuco dão notícia os documentos do navegador espanhol D. Rodrigo de Acuña ou a êle relativos, de 1527 e 1528, uns datados “desta fatorya de Pernambuco tyerra del Brasyl” e outros simplesmente “de Pernambuco”: Navarrete, *Collección de los viages* cit., V pp. 214/220 e 286/294, *Alguns Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e Conquistas Portuguesas*, Lisboa 1892, pp. 488/489, *História da Colonização* cit., III, pp. 89/90 e *As Gavetas da Torre do Tombo* vol. IV, Lisboa 1964, pp. 303/308. Outra notícia encontra-se na carta de 1528 em que Duarte Leite, um dos comandantes de unidade da frota de Jaques, se queixava ao Rei do seu chefe (*História da Colonização*, cit., III p. 90).

Do período da passagem por Pernambuco de Cristóvão Jaques é um documento citado por Varnhagen (e que ninguém mais até hoje viu), do qual consta a entrada em 1526 em Portugal de açúcar procedente “de Pernambuco e Tamaracá” (*História Geral do Brasil* 4a. ed., 5 vols. Rio de Janeiro 1948-53, I, p. 122). Gil Maranhão, partindo da observação exata de que o local da feitoria, no sítio dos Marcos, não se prestava, pela natureza do solo, à agricultura da cana, sugere que a ter havido então um engenho estaria êle localizado na Ilha de Itamaracá, e o embarque teria ocorrido no “pôrto de Pernambuco” e daí a referência aos dois topônimos (“O açúcar no Brasil antes das donatarias”, *Diário de Pernambuco* de 12 de junho de 1938, recolhido na *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano* vol. 40, Recife 1946, pp. 96/106).

Pero Lopes de Souza escreve que ao chegar ao “rio de Pernambuco” em fevereiro de 1531 “havia dois meses que ao dito rio chegara um galeão de França e saqueara a feitoria e roubara tôda a fazenda que nela estava del Rei Nosso Senhor”, tendo o feitor, Diogo Dias, se retirado para o Rio de Janeiro. A casa da feitoria, contudo, ainda se conservava, e para ela

foram recolhidos os doentes que havia nos navios da expedição da qual aquêle futuro donatário de Itamaracá fazia parte. Pouco mais tarde a feitoria foi alvo de um segundo ataque dos franceses, em começos de 1532, desembarcados agora da nau *La Pèlerine*, os quais encontraram ali seis portugueses, provàvelmente alguns dos doentes deixados a convalescer (*Diário da Navegação* cit., I, pp. 134/135 e 379, carta datada “Deste Pernambuco” 24 de fevereiro de 1531, *História da Colonização* cit., III, p. 138 e J.D.M. Ford, *Letters of John III King of Portugal*, Cambridge, Massa., 1931, p. 69). Frei Vicente do Salvador conta que os atacantes da *La Pèlerine* não se estabeleceram no continente, onde ficava a feitoria, mas levantaram uma fortificação na Ilha de Itamaracá, a qual foi mais tarde tomada por Pero Lopes de Sousa, que a fêz arrasar e mandou em seguida construir “outra nos Marcos, para resguardo da feitoria del Rey, que depois Sua Alteza deu a Duarte Coelho” (*História do Brasil (1627)*, 5a. ed., São Paulo 1965, p. 140).

O apresamento da nau marsehesa *La Pèlerine* pelos portugueses e a tomada da fortaleza que os franceses haviam estabelecido em Itamaracá deu origem a um processo judicial iniciado pelos armadores daquela embarcação, a cuja interpeção os acusados responderam com sua contestação, ou no português quinhentista, com sua “contrariedade”. Para firmar o direito de precedência da corôa portuguesa àquelas terras do pau-brasil, os argüidos não só salientaram a antiguidade da posse, como a ocupação efetiva do pôrto de Pernambuco pelos seus patrícios. A antiguidade e a permanência da ocupação estão exageradas nos “provarás”, a ponto de, no primeiro caso, ser atribuída a presença portuguesa no local ao início da década de 1490 e o comêço do povoamento aos primeiros anos do século XVI. Segundo um dos “provarás”, em 1532 “em Fernambuco, porto do Brasil, ... estava um castelo e fortaleza feita por el Rei Nosso Senhor e seus vassallos portugueses a qual havia trinta anos e mais que no dito pôrto era feita e era o dito castelo e porto habitado pelos portugueses que tinham aí suas casas de morada havia quarenta anos e mais”. E em outro passo se amplia a informação de que “na dita fortaleza como derredor dela havia muitas casas

e povoações de muitos portugueses e estava junto da dita fortaleza edificada uma igreja em que se celebravam os ofícios divinos, a qual fortaleza custou a fazer mais de dez mil cruzados” (Jordão de Freitas, “O descobrimento pré-colombino da América Austral pelos portugueses”, *Lusitânia Revista de Estudos Portugueses* fascículo IX volume III, Lisboa s. d., pp. 6/9 da separata). O notável historiador dos descobrimentos portugueses, Duarte Leite, apontou a inconsistência destas afirmações, ao acentuar que “fraca é a proposição apenas assente em provarás, já que estas peças de processos bastas vêzes arguem com fatos contestáveis ou mal contados” (*História dos Descobrimientos* 2 vls., Lisboa 1958-60, I, p. 348); Jaime Cortesão, pelo contrário, aceita a possibilidade de existência daquela primitiva ocupação (*Os Descobrimientos Portugueses* 2 vls., Lisboa s. d., II pp. 107/109).

Documentos contemporâneos mencionam os nomes dos que tiveram a seu cargo a administração da feitoria dos Marcos. Quando do primeiro ataque francês a ela — que ocorreu em dezembro de 1530, segundo a indicação acima transcrita de Pero Lopes de Souza — Diogo Dias era o feitor (*Diário da Navegação* cit., I, p. 166); depois do segundo ataque, o da *La Pèlerine*, ocupou o cargo de capitão da feitoria — função que em geral era exercida cumulativamente com a de feitor — Vicente Martins Ferreira durante os anos de 1532 a 1533, substituído por Paulo Nunes nos anos de 1533 até a chegada de Duarte Coelho em 9 de março de 1535 (*História da Colonização* cit., III, pp. 155 e 163 nota d). Outros membros da feitoria e de sua guarnição militar são conhecidos: Diogo Vaz foi condestável da artilharia e depois bombardeiro de 1532 a 1535 e Heitor de Barros era o escrivão em 1535 (*História da Colonização* cit. vol. e p. cit.). Antes, em 1528, servira na feitoria como escrivão um Juan Vaz (ou Vasquez) Mergullon, cujo nome aparece à espanhola por ser em espanhol o documento (Navarrete, *Coleccion de los viages* cit., V pp. 287, 293 e 294).

Duarte Coelho, ao vir de Portugal a tomar posse da sua Capitania, “foi desembarcar no Rio de Igarauçu, onde chamam os Marcos, porque ali se demarcam as terras de sua Capita-

nia com as de Itamaracá... onde já estava uma feitoria del Rei para o pau-brasil e uma fortaleza de madeira que el Rei lhe largou”, segundo informação de Frei Vicente do Salvador (*História do Brasil* cit., p. 129). No local pretendeu o donatário estabelecer uma vila, a que deu o nome de Santa Cruz. Seu filho, Jorge de Albuquerque Coelho, em uma provisão datada de Lisboa em 2 de setembro de 1594, conta que “Duarte Coelho Pereira, meu Senhor e Pai, que Deus tem, ao tempo que foi povoar a dita Capitania de Pernambuco, parecendo-lhe que em Santa Cruz, que é o lugar e sítio que se chama os Marcos, que dividem a dita minha Capitania da de Itamaracá, se fizesse uma vila, fêz mercê à dita vila de Santa Cruz de tôdas as terras e marinhas do Rio Doce até Jaguaribe”, doação que êle, Jorge de Albuquerque, revogava, “porque a dita vila de Santa Cruz não se fêz” (Instituto Arqueológico Pernambucano), “Registro das ordens dêste Govêrno, correição e outras antigas”, organizado em 1807 por ordem do Ouvidor Clemente Ferreira França, fls. 55).

Ainda hoje o local é chamado de sítio dos Marcos, no plural, como acontecia em 1594, segundo se vê da provisão acima transcrita e da *História do Brasil* que Frei Vicente do Salvador acabou de escrever em 1627. Entretanto só chegou até nós um marco que se conserva no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, para onde foi levado em 1888 e apresentado em sessão de 28 de junho daquele ano (*Jornal do Recife* de 14 de julho de 1888) e é monumento nacional inscrito no livro do tomo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (*Diário Oficial da União* de 15 fevereiro de 1955, seção I, p. 2.407). Ao doar o território da Capitania de Pernambuco a Duarte Coelho, em 10 de março de 1534, determinou D. João III, referindo-se à feitoria levantada por Cristóvão Jaques, que “a cinquenta passos da dita casa da feitoria, pelo rio a dentro, ao longo da praia, se porá um padrão das minhas armas”, que serviria de divisa norte da Capitania. Na doação a Pero Lopes de Souza da Capitania de Itamaracá, em 21 de janeiro de 1535, ordenou aquêle soberano que “a cinquenta passos da casa da feitoria que de princípio fêz Cristóvão Jaques, pelo rio a dentro, ao longo da praia, se porá um padrão das minhas armas” (Fernandes

Gama, *Memórias Históricas* cit., I, pp. 43 e 106 respectivamente). Portanto, dois eram os padrões que o Rei mandava que fôsem chantados nas proximidades da antiga feitoria de 1516 e daí a referência quinhentista a “os Marcos”, no plural. Há mais: existe comprovação cartográfica da existência dos dois padrões. No atlas do Brasil de 1640 da autoria de João Teixeira (o 1.º), que pertenceu à Casa Palmela e hoje se guarda no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, em Lisboa, há uma carta contendo a “Descrição da barra, & Ilha de Itamaracá, cõ os alojamentos do Inimigo Olandez quãdo a tomou, e fortificação da Villa”, muito minuciosa na representação das fortificações holandesas existentes na Vila da Conceição (a que os invasores denominaram de “cidadezinha Schkoppe”) e nas proximidades do Forte de Orange. Nesta carta, no local exato, no continente, estão figurados dois marcos, com a legenda: “Marcos que dividem esta Capitania da de P.” (P. é Pernambuco): Armando Cortesão e A. Teixeira da Mota, *Portugaliae Monumenta Cartographica* cit., IV, estampa 496 B. Parece possível admitir, à vista do que ficou indicado, a existência de dois padrões. Na segunda metade do século passado apenas um existia. Em 1871 uma comissão de membros do Instituto Histórico de Goiana (Pernambuco) foi ao local e descreveu o marco (*Jornal do Recife* de 27 de outubro de 1871, reproduzido na *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano* n.º 40, Recife 1891, pp. 99/107). Três anos depois foi êle fotografado e desenhado *in loco* por Victor Meireles, então em visita a lugares históricos de Pernambuco (*Diário de Pernambuco* de 11 de abril de 1874; a fotografia e o desenho na secção de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

Durante a guerra holandesa (1630-54) o sítio dos Marcos tomou nova importância, pois defendia a passagem para o sul da Ilha de Itamaracá, na qual os invasores haviam levantado em 1631 o Forte de Orange. A defesa da passagem era feita por meio de um barco ou iate ancorado a meio das águas do canal, como refere o cronista da Companhia das Índias Ocidentais, Jan de Laet (*Iaerlyck Verhael van de Verrichtinghen der Geoctroyeerde WIC* 2a. ed. 4 vls., Haia 1931-37, III p. 159). Quando da Insurreição Pernambucana (1645-54) os insurgen-

tes estabeleceram ali em 1645 Bento de Macedo da Faria “com uma companhia de mancebos”, com a qual “assistiu na estância que chamam dos Marcos, por ser de muita consideração, onde o inimigo pode sair com muito pouco risco, não estando tão bem fornecida” (Antônio Joaquim de Melo, *Biografias de alguns poetas e homens ilustres da Província de Pernambuco* 3 vls., Recife, 1856-58, I, p. 164).

Em junho de 1646, conta Frei Manuel Calado do Salvador, chegou a João Fernandes Vieira a notícia “em como o inimigo tinha no rio que tem cercada a Ilha de Itamaracá, três naus nas três passagens por onde em baixamar de águas vivas se podia entrar na dita Ilha”, passagens que, do norte para o sul, eram chamadas de Catuama, Itapiçuma e dos Marcos. “Mandou logo carregar em carros três peças de artilharia, com todo o necessário para fazer uma plataforma, e dois bons artilheiros e oito companhias de atrevidos soldados, com animosos e experimentados capitães, e com ordem que, com todo o segredo possível, fizessem um trincheirão entre os mangues sôbre a primeira nau, que estava nos Marcos, e assentasse nela as três peças”, o que se fêz. Com jangadas e lanchas foi acometida a “nau” (na verdade, uma “barca”, dizem os documentos holandeses), que foi tomada, seguindo-se o ataque à Vila da Conceição, que foi por êles abandonada com sua artilharia. De posse dela Vieira determinou ao Sargento-mor Antônio Dias Cardoso que “fabricasse da nossa banda [isto é, no continente], na passagem dos Marcos, uma fortaleza e a guarnecesse bem de peças e gente que pudesse defender e impedir que o inimigo entrasse por terra a dentro... e o Sargento-mor começou a fabricar a fortaleza, segundo lhe tinham dado por ordem, e conforme a pressa que lhe dava e o cuidado com que fazia trabalhar a gente, em breve estará perfeita e acabada” (*O Valeroso Lucideno* 2a. ed. 2 vls., Recife, 1942, II, pp. 345/350).

Da “fortaleza”, de fato um simples reduto, apoderaram-se os holandeses nos anos de 1648 e 1649, quando lhes chegaram da Holanda consideráveis reforços e os luso-brasileiros foram obrigados a se reagrupar nas proximidades do Recife para melhor enfrentar a ameaça. Em 1649 descreve-a um relatório

holandês: “o fortesinho dos Marcos está atualmente em perfeitas condições, provido de palissadas junto ao parapeito e do lado externo, em tórno do fôssó; entretanto, com o período das chuvas no parapeito deverão surgir certamente grandes brechas e o fôssó deverá se arruinar”, o que demonstra que o parapeito era feito de barro e o fôssó não tinha proteção de alvenaria (relatório de janeiro de 1649 apresentado por Simon van Beaumont ao govêrno holandês do Recife, transcrito na *Dagelijkse Notule* de 5 de fevereiro de 1649, Arquivo Geral do Reino, Haia, cartório da Companhia das Índias Ocidentais, Companhia Velha, maço 73). Em 1654, quando da rendição dos holandeses, o reduto contava quatro peças de artilharia (*Inventário das armas*, 2a. ed., Recife 1940, p. 65).

Em 1934 Mário Melo, secretário do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, visitou o local e viu ali “antigas fundações de pedra e cal... que se prolongam para o canal, visíveis nas marés baixas” (*Revista do Instituto Arqueológico* n.º 155 a 158 cit., p. 20). Já então o mar avançava sobre a margem continental, e ainda hoje, nas marés vivas, as águas continuam a escavar a terra. No local foram encontrados fragmentos de louça européia do século XVII, pelo que em 1967 o Instituto de Ciências do Homem da Universidade Federal de Pernambuco, realizou escavações para situar o reduto.

As fundações de alvenaria são grosseiramente feitas, embora sólidas. Alcançam 80 centímetros abaixo do nível do solo. As escavações foram levadas à profundidade de 2 metros. Nesta profundidade e em níveis superiores foi encontrada considerável quantidade de cerâmica indígena de vários tipos, decorada ou não, a qual decrescia em quantidade à proporção que se atingia a superfície. Inversamente, a cerâmica européia de barro e de louça pintada existia em grande número nos níveis superiores e diminuía em número nos níveis mais profundos, até o de 1 metro e 80 centímetros de profundidade, muito abaixo dos alicerces de alvenaria. Ficava evidente, pois, que no sítio pesquisado tinham ocorrido contactos entre o indígena e o europeu num período anterior ao da construção do reduto dos Marcos, em 1646, os quais talvez remontem ao da feitoria de Cristóvão Jaques.

## “L’ÉTRANGER” VISTO ATRAVÉS DO SEU ESTILO

LEÔNIDAS CÂMARA

Começemos pela frase que Sartre coloca na sua “Explication de L’Étranger”, de Albert Camus: — “Como calar-se com palavras? Esta aposta implica o recurso a uma nova técnica”.

Jean Paul Sartre afirma o seguinte: “Que técnica é essa? Tinham-me dito: — É Kafka escrito por Hemingway. Confesso que não encontrei Kafka. As vistas de Camus são tôdas elas terrestres. Kafka é o romancista da transcendência impossível”.

Adiante encontraremos Sartre esclarecendo que a comparação da técnica narrativa de Camus com a de Hemingway “é mais frutuosa”. Também não hesitará o autor da Introdução na profecia de que, de futuro, Camus não lançará mão do estilo de “L’Étranger”. Finalmente dirá que o estilo de Camus é o próprio Camus...

Na melhor das hipóteses Sartre se mostra embaraçado diante da técnica narrativa de “L’Étranger”, apesar da análise lúcida que estabelece a propósito da frase de Camus e das suas intenções filosóficas. Mas na pior das hipóteses Sartre, tentando uma classificação para o estilo de Camus, vendo-se obrigado a comparar êsse mesmo estilo com o da novelística norte-americana moderna, terminou por se pôr em guarda e explicou o seguinte, ao considerar o estilo “cerimonioso” do romance que êle estudava: — “Contudo não estou satisfeito: — A existência de uma técnica “americana” de narração serviu indubitavelmente Camus. Duvido que, a bem dizer, o tenha influenciado”. O recuo de Sartre é evidente, parece uma escusa cuidadosa, maliciosa, mas reverente: — “Se “O Estrangeiro” apresenta tão visíveis vestígios da técnica americana, é que se trata de uma deliberada tomada de empréstimo. Camus